

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

GIRALDELLI MOTA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, “GMA”, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 42.059.124/0001-92, estabelecida à Rua Senador Joaquim Ribeiro do Vale, nº151, Conjunto 72-A, Vila Leopoldina, CEP: 05311-010, no Município de São Paulo, estado de São Paulo, comprometida com o respeito e compromisso de assegurar a privacidade e proteção de dados de todos seus clientes, parceiros, fornecedores e visitantes, que se utilizam dos respectivos ambientes digitais e/ou físicos de sua propriedade, estabelece a presente Política Externa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (Política), nos termos e condições abaixo descritas.

1) DO OBJETIVO

1.1 Em conformidade a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, como também as demais leis, decretos normativos, resoluções aplicáveis à privacidade e proteção de dados pessoais, esta “Politica” tem por objetivo cumprir os princípios de transparência, finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, e dentre outros que norteiam o assunto, bem como respeitar os direitos dos titulares de dados pessoais tratados quando da navegação e utilização dos serviços prestados aos usuários/clientes através do site “girdellimota.com.br”.

2) DOS TIPOS DE ATUAÇÃO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE PESSOAS FÍSICAS

2.1 O GMA atuará como **controladora** de dados pessoais de pessoas físicas dentro do contexto de relação direta mantida com os titulares de tais dados. Destaca-se que nesta modalidade, caberá à controladora a responsabilidade por todas as decisões tomadas durante o ciclo de vida dos respectivos dados pessoais.

3) DOS DADOS PESSOAIS COLETADOS

3.1 Para a utilização do site do GMA, não há obrigatoriedade de fornecimento de dados pessoais, isto é, não há a coleta de nenhum dado quando da navegação pelo site.

3.2 Somente haverá a coleta de dados pessoais quando da solicitação do usuário, inclusive através de consentimento expresso dado quando do contato efetivo com o GMA, ou quando da contratação de serviços.

3.3 Ao fazer o pedido, conforme o caso, poderá haver a solicitação do nome completo, endereço de e-mail, e número de telefone.

3.4. Caso haja a contratação de serviços disponibilizados pelo GMA, poderá haver a solicitação de dados pessoais necessários para identificação, qualificação, formalização de contratos, inclusive os procedimentos preparatórios: nome completo, sexo, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, estado civil, regime de casamento, profissão, dados contidos em documentos oficiais ou não de identificação, tais como, mas não se limitando a: RG, CPF, CTPS, CNH, OAB, CREA, dentre outros; endereço eletrônico, residencial e profissional, número de telefone fixo e celular, renda mensal e demais documentos relacionados à confecção de contrato de prestação de serviços jurídicos, procurações para atuação em feitos e etc.

3.5. Os dados pessoais coletados e tratados apenas serão utilizados pelo GMA para o efeito de tratar dos pedidos realizados, fornecimento dos serviços solicitados, apoio ao cliente e para outros fins para os quais tenha fundamentação e base legal para o respectivo tratamento.

3.6. Esclarece-se que, o usuário possui o direito de, a qualquer tempo, revogar o respectivo consentimento conferido quando da subscrição a qualquer forma de comunicação, mesmo que a regular autorização tenha sido concedida

anteriormente, salvo se a revogação do consentimento for proibida por lei ou se os dados coletados e tratados pelo GMA estiverem albergados sob outra base legal de tratamento de dados, nos termos da legislação pertinente.

3.7. A retenção dos dados pessoais poderá ocorrer apenas pelo tempo necessário para a execução do contrato formalizado com o GMA ou enquanto perdurar a necessidade do tratamento com fundamento em outra base legal ou, ainda, enquanto perdurar o consentimento expresso concedido, exceto quando disposto de outra forma por ordem judicial, lei ou regulamento.

4) DAS FINALIDADES NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE PESSOAS FÍSICAS

4.1 Na qualidade de controladora de dados pessoais de pessoas físicas coletados, o GMA tratará os dados pessoais de pessoas físicas e/ou de representantes de pessoas jurídicas para fins de prévia formalização e execução de contratos, inclusive para que haja a possibilidade de fornecimento de serviços, atendimento ao cliente, envio de comunicações e informações acerca de serviços disponibilizados pelo GMA e outras novidades cabíveis, bem como atendimento de eventuais pedidos de órgãos estatais, administrativos ou judiciais, dentre outros estabelecimentos comerciais ligados direta ou indiretamente com as atividades supracitadas.

5) DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

5.1 Na qualidade de controladora de dados pessoais, o GMA, para assegurar o cumprimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados e serão tratados, poderá compartilhá-los com pessoas jurídicas ou físicas para facilitar, executar ou aprimorar os serviços prestados.

5.2 As referidas pessoas jurídicas ou físicas, aqui denominadas de terceiros prestadores de serviços, terão acesso aos dados pessoais apenas para realizar algumas tarefas em nome do GMA e, para tanto, são e serão obrigadas a não os divulgar ou usá-los para qualquer outra finalidade.

6) DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

6.1. Caso haja a necessidade de o GMA transferir internacionalmente dados pessoais de determinadas pessoas físicas, seja para a respectiva guarda em nuvem ou execução de atividades/operações com empresas parceiras, haverá a adoção de todas as medidas técnicas, organizacionais e administrativas compatíveis para a manutenção da proteção adequada aos dados pessoais, bem como cumprimento dos princípios que norteiam a legislação específica e respeito aos direitos dos titulares envolvidos.

6.2. Em caso de transferência internacional de dados pessoais, haverá a celebração de contratos apropriados contendo cláusulas contratuais padronizadas e/ou específicas acerca dos serviços a serem prestados pelo respectivo operador, critérios para o tratamento de dados, descrição de responsabilidades, inclusive em caso de eventual violação de dados pessoais, ou também mediante a existência de normas corporativas globais, ou ainda selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos, nos termos das diretrizes indicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

7) DO PERÍODO DE TRATAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS PESSOAIS

7.1. O GMA garante aos titulares de dados pessoais por ela tratados, o tratamento adequado, proporcional e seguro, inclusive quanto ao respectivo processo de armazenamento/guarda, observando os seguintes critérios:

a) De acordo com o tempo exigido por lei. Para exemplificar, esclarece-se que existem algumas leis que determinam a guarda de alguns documentos por determinado período e que podem ou não conter dados pessoais, como é o caso de contratos de fornecimentos de serviços; balancetes contábeis, fiscais, dentre outros.

b) Pelo período necessário para resguardar os direitos do GMA, inclusive no que se refere às eventuais medidas judiciais, administrativas, arbitrais. A título de exemplo, haverá o respeito ao prazo prescricional aplicável no direito cível, ou constante no código de defesa do consumidor, dentre outros, a depender do caso a caso.

c) Pelo tempo necessário para preservar o consentimento ofertado pelo titular de dados ou o próprio legítimo interesse do GMA, podendo o titular de dados requerer informações e esclarecimentos quanto à legitimidade do interesse.

d) Os dados pessoais coletados quando das subscrições e preenchimento de formulários para a prestação de serviços pelo GMA, coletados exclusivamente sob a base legal do consentimento do titular serão tratados por tempo indeterminado, ressalvado o direito de os titulares revogarem o consentimento a qualquer tempo.

7.2. O GMA esclarece que o tratamento de dados pessoais chegará ao seu término natural nas seguintes hipóteses:

a) Quando a (s) finalidade (s) pela (s) qual (os) os dados pessoais dos titulares for (em) efetivamente atingida (s), sem que haja determinação legal para a manutenção do tratamento por determinado período ou sem que haja o legítimo interesse do GMA;

b) Quando o tratamento de dados pessoais se der única e exclusivamente através do consentimento do titular, e este exercer o seu direito de revogação a qualquer tempo;

c) Quando houver determinação legal no sentido de exclusão dos dados pessoais.

8) DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

8.1. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, os titulares de dados pessoais possuem os seguintes direitos:

a) De ser informado acerca da existência do tratamento de dados pessoais;

b) De acessar os dados pessoais tratados pelo GMA;

c) De solicitar que haja a correção, atualização de eventuais dados pessoais desatualizados, incorretos ou incompletos;

d) De solicitar que os dados pessoais tratados de forma excessiva e/ou em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, sejam anonimizados, bloqueados ou eliminados;

e) De solicitar que os dados pessoais tratados pelo GMA sejam repassados a outro prestador de serviço indicado pelo próprio titular, mediante requisição expressa;

f) De requerer a eliminação dos dados pessoais tratados pelo GMA, desde que não haja previsão legal que ampare o armazenamento por tempo superior;

g) De solicitar informações acerca dos compartilhamentos de dados pessoais feitos pelo GMA com entidades públicas e privadas;

h) De requerer informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

i) De se opor ao tratamento de seus dados pessoais quando realizado em descumprimento com o que determina à Lei Geral Proteção de Dados;

j) De revogar, a qualquer tempo, o consentimento dado para o tratamento de dados pessoais para determinadas finalidades, quando este constituir o único fundamento para o respectivo tratamento pelo GMA;

De, a qualquer tempo, enviar reclamações ou requerimento acerca do tratamento de dados pessoais executado pelo GMA à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

8.2. Além dos direitos indicados acima, o GMA esclarece que é direito do titular de dados pessoais o tratamento adequado, necessário e que respeite não só a necessidade da coleta, manuseio, guarda e correta eliminação, como também a finalidade para a qual os dados tratados efetivamente se preste, inclusive com respeito à qualidade dos dados, não discriminação, prevenção, segurança, responsabilização, prestação de contas e transparência total durante a integralidade do tempo de tratamento, isto é, desde antes da coleta até a efetiva eliminação.

8.3. O GMA reitera que se encontra totalmente disponível para prestar quaisquer tipos de informações, esclarecimentos dos respectivos titulares de dados pessoais por ela tratados, inclusive através das informações de contato fornecidas ao final desta Política de Privacidade.

9) DA SEGURANÇA NO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

9.1. O GMA reitera o seu compromisso em disponibilizar e manter todas as medidas técnicas, organizacionais, administrativas, de segurança e governança necessárias e adequadas para comprovar que todo processo de tratamento de dados pessoais de pessoas físicas seja realizado em conformidade com o quanto previsto não só na Lei Geral de Proteção de Dados, quanto nas demais leis, decretos, resoluções e regulamentos que nortearem o assunto.

9.2. Esclarece-se que todos os dados efetivamente coletados e tratados em decorrência da utilização dos serviços do GMA são armazenados de forma segura em ambientes sistêmicos ou servidores guardados em nuvem e geridos pela equipe técnica da informática que assessora o GMA.

9.3. O GMA esclarece ainda que manterá o nível de segurança da informação dentro dos padrões exigidos pela legislação específica, sendo certo que, embora nenhum método de transmissão pela Internet ou método de armazenamento eletrônico possa garantir segurança absoluta, haverá a utilização de meios comercialmente aceitáveis para garantir a proteção dos dados pessoais, tais como mas não se limitando a: i) firewall; ii) criptografia de dados; iii) controles de acesso físico e controles de autorização de acesso a informações; iv) backup de base de dados.

10) DO USO DE COOKIES

10.1. O GMA esclarece, de forma bem objetiva, que cookie é um tipo de identificador em formato de arquivo de texto, que é colocado no computador/notebook/smartphone do usuário da internet, se utilizando de dados pessoais indiretos para diversas finalidades, quando da visita em um sítio eletrônico (site). Assim, existem várias modalidades de cookies, que podem ser enquadradas da seguinte forma:

a) Cookies técnico/sessão: são tidos como de caráter transitório, isto é, são apagados quando o navegador de internet é finalizado pelo usuário. Assim, são armazenados na memória temporária do computador/notebook/smartphone e são excluídos quando da finalização da tarefa.

b) Cookies persistentes: são tidos como de caráter permanente, isto é, são retidos no disco rígido do computador/notebook/smartphone até a data de expiração ou até a exclusão pelo usuário. Assim, são utilizados para coletar informações dos usuários com objetivo de identificar os respectivos comportamentos e preferências de navegação.

c) Cookies de rastreamento: são tidos como de terceiros, isto é, são aqueles inseridos na memória do computador/notebook/smartphone por um domínio diverso do site efetivamente visitado pelos usuários. Assim, são utilizados em larga escala para publicidade e marketing.

10.2. O GMA ressalta que, no ambiente do seu sítio eletrônico (www.giraldellimota.com.br) poderá haver a instalação de cookies técnico/sessão e persistentes, com o objetivo único de salvar as preferências do usuário, inclusive para futuras visitas, bem como para compilação de dados agregados sobre o tráfego e a interação do sítio eletrônico para que haja o oferecimento de melhores experiência e ferramentas no futuro.

10.2.1. Embora não faça uso de cookies em seu sítio eletrônico atualmente, o GMA ressalta que, em caso de utilização dessas ferramentas, os dados coletados por meio de cookies não serão usados para determinar a identidade pessoal do usuário do sítio eletrônico (site).

10.3. Com o intuito de dar, inclusive, mais conteúdo aos clientes, usuários e titulares de dados, o GMA alerta que jamais enviará e-mails ou quaisquer outros tipos de mensagens eletrônicas solicitando confirmação de dados e/ou outras informações pessoais. É de suma importância que todos se conscientizem que comunicações eletrônicas fraudulentas que acabam por coletar dados pessoais não serão de responsabilidades do GMA, sendo que, por tal motivo, há recomendação expressa de que todos verifiquem com o máximo de cuidado o cabeçalho, os endereços eletrônicos dos remetentes, conteúdo, fotografias, logos diferentes, links suspeitos que não remetam ao sítio eletrônico oficial do GMA.

10.4. O GMA não se responsabiliza pela integridade de conteúdo ou outras formas de coleta de dados feitas por outros sítios e/ou plataformas/aplicativos eletrônicos que não sejam o seu oficial.

10.06. O GMA ressalta que poderá incluir ou oferecer serviços disponibilizados/prestados por terceiros em seu sítio eletrônico (site). Esses sites de terceiros possuem políticas de privacidade e proteção de dados separadas e independentes. Portanto, o GMA não terá nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e atividades executadas por estes sites vinculados. No entanto, o GMA procura proteger a integridade do seu próprio sítio eletrônico e, assim, aceita qualquer feedback acerca dos sites de terceiros disponibilizados.

11) DO ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS (DATA PROTECTION OFFICER)

11.1. O GMA, em respeito ao princípio da transparência e em conformidade com o quanto contido no artigo 52 da LGPD, informa que em caso de necessidade de esclarecimentos de dúvidas ou até mesmo para o exercício de qualquer um dos direitos contidos na presente Política, a encarregada de dados pessoais do GMA é a Pamela Giraldelli Mota e poderá ser contatada através do seguinte telefone: +55 (11) 99975-4918; e endereço eletrônico: pamela@giraldellimota.com.br.

12) CONCEITOS E TERMINOLOGIAS PARA ENTENDER A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. Caso algum termo ou conceito tenha soado estranho para qualquer um dos usuários, clientes, titulares de dados pessoais tratados pelo GMA, cita-se abaixo as principais terminologias e conceitos para uma correta e fácil compreensão das normas, direitos, princípios e, inclusive, das boas práticas necessárias para uma regular conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Agentes de tratamento – São os controladores e os operadores de dados.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados – Órgão governamental a quem é incumbido a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

Banco de Dados – conjunto de dados, pessoais ou não, agrupados em meios físicos e/ou eletrônicos para facilitar rápido acesso.

Bases legais – São as hipóteses trazidas pela legislação que possibilitam o tratamento dos dados de forma legítima pelos agentes de tratamento. No ordenamento jurídico brasileiro são 10 as bases legais:

Fornecimento de consentimento pelo titular;

Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

Tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos convênios ou instrumentos similares pela Administração Pública;

Realização de estudos por órgão de pesquisa;

Execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido dele próprio;

Exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;

Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimentos realizados por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

Atendimento aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;

Proteção do crédito.

Controlador - Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado responsável pela recepção de dados pessoais, inclusive com a análise das bases legais e formas de tratamento, finalidades, bem como identificação de quem serão os operadores de tais dados, dentre outras atribuições e responsabilidades. Exemplos: GMA ao receber os dados pessoais necessários para criação de usuário com perfil identificado.

Dados pessoais – Qualquer informação já identificada ou identificável relacionada a uma pessoa natural. Exemplo: Nome, sobrenome, apelido, data de nascimento, números de documentos pessoais (RG, CPF, CNH, título de eleitor), endereço eletrônico, residencial, profissional, placa de veículo, IP de notebook, computador ou afins, dentre outros.

Dados pessoais sensíveis - Os dados sensíveis são aqueles que nos remetem a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religiosa, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, de uma pessoa natural, estão previstos expressamente no art. 5º, inciso II, da LGPD.

Dados anonimizados – São aqueles processados para que não possam ser relacionados a qualquer pessoa, tornando esta não identificável. Portanto, desde que comprovado a anonimização segura, não há que se falar em dados pessoais.

Dados pseudonimizados – São aqueles que após tratamento específico perdem a capacidade de se associar a uma pessoa física sem a utilização adicional de informações que são mantidas em lugar seguro. Estes dados são considerados pessoais, uma vez que geralmente são acessados através de alguma chave.

Encarregado de dados – Também indicado pelo controlador e, mais conhecido no mercado atual como Data Protection Officer (DPO), possui a responsabilidade de se comunicar com os operadores de dados, demais empregados e

terceirizados do controlador, especialmente no que refere as medidas necessárias à proteção de dados pessoais, bem como com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e os respectivos titulares.

Operador – É a pessoa física ou jurídica, também de direito público ou privado que recebe a atribuição do controlador de ser responsável pela execução das atividades de tratamento dos dados pessoais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo controlador. Exemplo: Escritório jurídico e/ou de contabilidade, bem como empresa de assessoria tecnologia e de segurança da informação contratados pelo GMA para executar atividades que envolvam os dados pessoais de pessoas físicas por ela coletados inicialmente.

Pessoa natural – Todo ser humano detentor de direitos civis, desde a concepção até a morte.

Pessoa física – Toda pessoa natural, não se discutindo capacidade de atuar ou não civilmente.

Pessoa jurídica – Conjunto de pessoas ou de bens privados ou públicos, detentor de direitos e deveres civis por ficção legal.

Tratamento de dados - Todo o processo, que envolve desde a recepção, acesso e qualquer tipo de manipulação de dados pessoais, seja ela manual, automatizada, física ou eletrônica.

Transferência internacional de dados – Todo o procedimento que envolve a transferência de dados pessoais do Brasil para qualquer outro país. Exemplo: GMA contrata empresa estrangeira para fazer o armazenamento dos dados pessoais de pessoas físicas no exterior.

Titulares de dados pessoais protegidos pela LGPD - Toda pessoa natural, física, detentora de dados pessoais e/ou sensíveis.

Outras terminologias, inclusive de cunho mais operacional e relacionados à segurança da informação, podem ser facilmente encontradas através da Portaria nº 93, de 26 de setembro de 2019, cujo link está disponível abaixo.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-93-de-26-de-setembro-de-2019-219115663>

13) DA LEI APLICÁVEL

13.1. A presente Política de Privacidade deverá ser interpretada segundo a legislação brasileira aplicável, mais especificamente de acordo com as Leis nº 12.965/14 (“Marco Civil da Internet”) e nº 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados”).

14) DA VALIDADE E ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais de Pessoas Físicas vigora por prazo indeterminado, sendo que o GMA pode, a qualquer tempo, realizar alterações, inclusões ou exclusões, desde que publique imediatamente a versão devidamente atualizada na página do seu sítio eletrônico oficial.

Este documento foi atualizado em 20 de março de 2024.